

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.196.584 - CE (2017/0281920-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : IVONEIDE MARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FRANCISCO ANTONIO MORAES FONTENELE - PI001854

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULOS. LIBERAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE USO EM ATIVIDADES ILÍCITAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 278/279):

ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULOS. LIBERAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. NOMEAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO DEPOSITÁRIO FIEL.

1. Remessa oficial e apelação interposta contra sentença que julgou procedente, em parte, o pedido autoral, impondo ao IBAMA a restituição do caminhão/carroceria, de propriedade da autora, que havia sido apreendido pela autarquia ambiental, quando nesses veículos se transportava lenha serrada em cavaco.

2. A Lei nº 9.605/98 prevê a possibilidade de apreensão de instrumentos, petrechos e veículos utilizados para o cometimento de infrações ambientais, a teor dos seus arts. 25 e 72, IV.

3. De seu lado, o Decreto nº 6.514/2008 permite que o bem retido seja confiado ao próprio autuado, na condição de depositário fiel, desde que a sua posse não traga risco de utilização em novas infrações.

4. Vê-se que o Decreto nº 6.514/2008 permite que o bem retido seja confiado ao próprio autuado, na condição de depositário fiel, desde que a sua posse não traga risco de utilização em novas infrações. nãoexsurgem, por ora, elementos indicativos de reiteração da conduta infratora ou de que o veículo do impetrante tenha sido utilizado anteriormente para a prática de semelhante infração ambiental.

5. O Juízo sentenciante andou em compasso com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ao determinar a liberação dos veículos, já que: a) não há registro de cometimento anterior de infração ambiental por parte dos infratores, nem do proprietário dos veículos; e b) extrai-se dos autos que o veículo retido não se configura instrumento ou produto do crime, não havendo indícios de que o bem venha a ser novamente utilizado para infringir a legislação ambiental.

6. Todavia, não se pode descuidar de que tal liberação deve ficar vinculada à nomeação do proprietário como fiel depositário dos veículos.

7. Remessa oficial e apelação improvidas.

No recurso especial o recorrente alega violação dos artigos 3º, IV, 47, §1º, 105, 106, II, e 134, V, do Decreto 6.514/2008, 25, 46, parágrafo único, e 72, IV, da Lei nº

9.605/1998 e 2º da lei 9.784/1999, sob os seguintes argumentos: (a) "a apreensão do caminhão que transportava um carregamento de lenha obtido ilegal e clandestinamente pela parte ora recorrida, encontra total apoio na legislação em vigor, como chegou a reconhecer o acórdão ora recorrido. Essa apreensão decorre do pleno e regular exercício do Poder de Polícia do IBAMA. Toda a conduta adotada pelo IBAMA está prevista no ordenamento jurídico" (fl. 319); (b) "incumbe à Administração (e deliberar sobre a devolução dos instrumentos do portanto, não ao Poder Judiciário!) excepcionalmente crime ambiental à parte infratora, enquanto se aguarda decisão administrativa definitiva sobre a sorte do auto de infração e do termo de apreensão lavrados" (fl. 321).

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

No que diz respeito aos arts. 3º, IV, 47, §1º, 105, 106, II, e 134, V, do Decreto 6.514/2008, 25, 46, parágrafo único, e 72, IV, da Lei nº 9.605/1998 e 2º da lei 9.784/1999, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que não há nos autos elementos indicativos de reiteração da conduta infratora ou de que o veículo tenha sido utilizado anteriormente para a prática de semelhante infração ambiental.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APREENSÃO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE USO EM ATIVIDADES ILÍCITAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem, mediante análise do conjunto fático-probatório, assentou o cabimento da liberação do veículo apreendido, uma vez que não constam dos autos elementos que indiquem que o veículo apreendido era utilizado para a prática de atividades ilícitas, bem como não ficou demonstrado que o recorrido se beneficiasse da exploração ambiental ilícita. Para afastar a conclusão a que chegou o colegiado regional seria necessário novo exame do referido conteúdo, o que é inviável neste momento processual, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no REsp n. 1.416.883/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 19/11/2015; AgRg no AREsp 455.159/RO, Rel. Min. Diva Malerbi (Des. Convocada TRF/3ª Região), Segunda Turma, DJe de 12/2/2016.

2. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt no AREsp 918.337/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 8/10/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE DE ANIMAL SILVESTRE EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SUA UTILIZAÇÃO PARA FINS EXCLUSIVOS DE CRIME AMBIENTAL. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu que não foi demonstrada pelo Ibama a eventual utilização do veículo individualizado

nos autos para a prática exclusiva e reiterada de infração ambiental, que não há que se falar em legalidade de sua apreensão.

2. A reforma do acórdão recorrido demanda revolvimento de matéria fática, incidindo, assim, a Súmula 7 do STJ, in verbis: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'.

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.688.495/PA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 16/10/2017).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES, Relator

